

Carta Aberta Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Agravamento da pandemia e o “LOCKDOWN” decretado em diversas cidades e capitais AFETA o MCTI e suas Agências e Unidades de Pesquisa; O MOMENTO É DE SALVAR VIDAS

Prezados Sr. Ministro Astronauta Marcos Pontes, Secretários do MCTI e Diretores das Unidade de Pesquisa,

Vimos por meio dessa carta aberta, expressar nossa preocupação com a situação de contaminação e mortes por coronavírus no Brasil, nos diversos Estados, no Distrito Federal, no Ministérios e suas unidades e pedir sensibilidade aos gestores com o momento considerado crítico e que pode causar ainda mais tragédias do que as que já vivenciamos até aqui. Exemplos trágicos sobre o contágio e mortes não faltam.

Servidores e colaboradores que estão indo ao MCTI e suas unidades presencialmente têm mostrado medo e insegurança. Então todos preocupados com o crescimento da pandemia e com as novas variações do COVID-19, consideradas pelos especialistas como mais contagiosas, mais letais, afetando um leque de pessoas muito maior do que o que era conhecido até então. Na semana em que o Brasil atinge a triste marca de recorde diário de mortes (são mais de 2.300 vidas em 24 horas). 27 capitais enfrentam graves problemas com leitos de UTI (mais de 85% de ocupação e em cinco delas com 90% ou mais) e diversas decretaram lockdown ou “toques de recolher”. Em Brasília (10/03/2021) a taxa de ocupação de unidade de terapia intensiva (UTIs) voltadas para pacientes adultos com COVID-19 na rede pública chegou a 100% de ocupação.

O vírus, como a ciência comprova, atua além de questões burocráticas, além da definição de esferas de competência (federal, estadual ou municipal). Em nossa avaliação o Ofício Circular SEI nº 699/2021/ME de 28 de fevereiro é de uma “infelicidade” tremenda, para não usar outros adjetivos, ao desconsiderar em seu terceiro parágrafo os decretos publicados pelo Governo de diversos estados e do Distrito Federal

A situação é grave! Nosso pleito, assim como das principais entidades representativas de servidores, é simples. Subscrevemos a Nota Técnica da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP):

“Quem tem condição de ficar em casa, deve ficar. Quanto menos contato social, menos gente se contamina. O trabalho presencial é uma fonte grave de contágio: a pessoa vai ao trabalho de carro ou transporte coletivo e fica em um ambiente fechado com outras pessoas por muito tempo. Medidas de precaução como distanciamento, ampliação da ventilação, uso de máscara, redução de horário e mudanças nos horários de entrada e saída são ações que contribuem para reduzir os riscos, mas não se compara ao trabalho remoto, em casa. Se a atividade pode ser desempenhada a distância sem prejuízo para o serviço, esse risco é totalmente desnecessário. Cada um de nós tem uma responsabilidade individual e coletiva no combate à pandemia. Quem pode trabalhar remotamente ajuda quem não tem essa opção. Cada organização, pública ou privada, deve identificar quais atividades podem ser realizadas remotamente e quais exigem presença física, privilegiando a modalidade remota para tudo que for possível enquanto a situação não estiver segura.”

Certos de contarmos com vossa compreensão neste momento crítico e com adoção de medidas tais como citado acima, nos colocamos sempre à disposição para o diálogo aberto.

Cordialmente,

Diretoria Executiva Nacional do SindGCT